

CADERNO DE ENCARGOS

NPD: 3020005523 - SMD Inspeção e Carregamento de Extintores

Procedimento: Concurso Público Urgente

Anexos:

- A - Objeto do Contrato
- B - Extensão do Fornecimento / Especificação Técnica
- C - Informação Complementar
- D - Ficha de intervenção Técnico Certificado

Despacho de Aprovação:

Aprovo, ao abrigo do Despacho de delegação de competências nº 2791/2020, de 14 de fevereiro, do Diretor de Abastecimento, publicado no Diário da República II série, nº 43, de 02 de março de 2020.

O Chefe da Divisão de Obtenção,

Bruno Alexandre Vilhena Lúcio
CTEN AN

ÍNDICE

ARTIGO 1.º - OBJETO.....	3
ARTIGO 2.º - CONTRATO.....	3
ARTIGO 3.º - DURAÇÃO E VIGÊNCIA DO CONTRATO	3
ARTIGO 4.º - LOCAL DE ENTREGA DOS BENS.....	3
ARTIGO 5.º - PREÇO BASE	4
ARTIGO 6.º - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO	4
ARTIGO 7.º - MORA NO PAGAMENTO.....	4
ARTIGO 8.º - OBRIGAÇÕES DO ADJUDICATÁRIO	5
ARTIGO 9.º - CONFORMIDADE DOS BENS	5
ARTIGO 10.º - GARANTIA DOS BENS.....	5
ARTIGO 11.º - INSPEÇÃO DOS BENS	6
ARTIGO 12.º - INCONFORMIDADES OU DISCREPÂNCIAS.....	6
ARTIGO 13.º - RECEÇÃO DO MATERIAL	6
ARTIGO 14.º - ACEITAÇÃO DOS BENS	7
ARTIGO 15.º - REJEIÇÃO DE FORNECIMENTOS	7
ARTIGO 16.º - PENALIDADES CONTRATUAIS.....	8
ARTIGO 17.º - FORÇA MAIOR	8
ARTIGO 18.º - RESOLUÇÃO POR PARTE DO CONTRAENTE PÚBLICO	9
ARTIGO 19.º - RESOLUÇÃO POR PARTE DO ADJUDICATÁRIO	9
ARTIGO 20.º - CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL E SUBCONTRATAÇÃO.....	10
ARTIGO 21.º - DEVER DE SIGILO	10
ARTIGO 22.º - COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES.....	10
ARTIGO 23.º - FISCALIZAÇÃO.....	10
ARTIGO 24.º - GESTOR DO CONTRATO	11
ARTIGO 25.º - FORO COMPETENTE	11
ANEXO A.....	12
ANEXO B.....	20
ANEXO C.....	21
ANEXO D.....	21

CADERNO DE ENCARGOS

Artigo 1.º - OBJETO

O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato e tem por objeto a aquisição dos bens/serviços discriminados no anexo A, pelo Ministério da Defesa Nacional - Marinha - Superintendência do Material - Direção de Abastecimento, doravante designado por contraente público.

Artigo 2.º - CONTRATO

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos, caso o contrato seja reduzido a escrito.
2. O contrato a celebrar integrará os seguintes elementos:
 - a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão a contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - c) O caderno de encargos e respetivos anexos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de dúvida ou divergência entre os documentos acima referidos, prevalecem os documentos pela ordem indicada no número anterior.

Artigo 3.º - DURAÇÃO E VIGÊNCIA DO CONTRATO

1. O contrato entrará em vigor no dia útil seguinte à sua assinatura, ou no dia útil seguinte ao envio do Pedido de Compra pelo contraente público, conforme aplicável.
2. O contrato cessará quando forem quitadas todas as prestações.
3. A entrega dos bens/serviços será efetuada no prazo máximo definido no anexo C ao presente Caderno de Encargos, a contar da data mencionada no ponto 1.

Artigo 4.º - LOCAL DE ENTREGA DOS BENS

1. Os bens/serviços serão entregues, a seu pedido, nos Navios identificados no ANEXO - A do presente Caderno de Encargos, quando atracados na Base Naval de Lisboa, Alfeite, 2810-001 Almada.

Artigo 5.º - PREÇO BASE

1. Pelo fornecimento dos bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o contraente público deve pagar ao adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, nomeadamente os relativos ao transporte dos bens objeto do contrato para o respetivo local de entrega, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.
3. O preço acima referido não pode, em caso algum, exceder o montante total máximo indicado no anexo C ao presente Caderno de Encargos (IVA excluído à taxa legal em vigor), considerado como parâmetro base do preço contratual, em todos os Items.
4. Caso o procedimento seja constituído por lotes, deverá ser respeitado o preço base de cada lote definido no Anexo A, não podendo em qualquer caso ser ultrapassado.

Artigo 6.º - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

1. As quantias devidas pelo contraente público, nos termos dos artigos anteriores, serão pagas no prazo estipulado no anexo C ao presente Caderno de Encargos após a receção pelo contraente público das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
2. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a assinatura do auto de receção respetivo.
3. Em caso de discordância por parte do contraente público, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao adjudicatário, no prazo de 8 (oito) dias, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida, em igual prazo.
4. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no ponto 1. do presente artigo, as faturas são pagas através de transferência eletrónica.
5. O adjudicatário não pode efetuar a transmissão de créditos ao abrigo de contratos de factoring ou proceder à cessão de créditos sem autorização do contraente público.
6. Não serão efetuados pagamentos antes da obtenção da Declaração de Conformidade ou Concessão de Visto pelo Tribunal de Contas, quando aplicável.

Artigo 7.º - MORA NO PAGAMENTO

1. O adjudicatário terá direito a juros de mora no pagamento das situações liquidadas e aprovadas, quando a mesma exceder 60 (sessenta) dias a contar da data da aprovação da fatura.

2. Se o atraso na realização de qualquer pagamento se prolongar por mais de 120 (cento e vinte) dias, o adjudicatário poderá proceder à resolução do contrato.
3. Os prazos referidos no presente artigo só iniciam a sua contagem após a emissão dos documentos mencionados no ponto 5. do artigo anterior, quando aplicável.

Artigo 8.º - OBRIGAÇÕES DO ADJUDICATÁRIO

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o adjudicatário as seguintes obrigações:

- a) Obrigação de entrega dos bens/serviços identificados na sua proposta no prazo indicado no artigo anterior;
- b) Obrigação de garantia dos bens/serviços;
- c) Obrigação de pagamento de todas as despesas decorrentes de prestação de cauções e do processo de fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas, se aplicável;
- d) Obrigação de manter o primeiro outorgante atualizado das contribuições perante a Segurança Social e as Finanças, através das respetivas declarações ou certidões, sem as quais não serão efetuados pagamentos.

Artigo 9.º - CONFORMIDADE DOS BENS/SERVIÇOS

1. O adjudicatário obriga-se a entregar ao contraente público os bens/serviços objeto do contrato com as características, especificações e requisitos técnicos, incluindo a conformidade com a amostra entregue durante a tramitação procedimental, caso aplicável, previstos no anexo B ao presente Caderno de Encargos, que dele faz parte integrante.
2. Os bens/serviços objeto do contrato devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam, devem ser igualmente adequados às utilizações habitualmente dadas aos bens do mesmo tipo e, ainda, terem as qualidades e o desempenho habituais nos bens do mesmo tipo e que a entidade adjudicante pode razoavelmente esperar, atendendo à natureza do bem e, eventualmente, às declarações públicas sobre as suas características concretas feitas pelo produtor ou pelo seu representante, nomeadamente na publicidade ou na rotulagem.
3. O adjudicatário é responsável, perante o contraente público, por qualquer discrepância dos bens objeto do contrato, que existam no momento em que os bens lhe são entregues.

Artigo 10.º - GARANTIA DOS BENS/SERVIÇOS

1. A garantia dos bens importa sobre o compromisso de o adjudicatário se responsabilizar perante a entidade adjudicante, sem quaisquer encargos adicionais para este, de substituir, reparar ou ocupar-se de qualquer modo e, ainda, de reembolsar o preço pago, no caso de este não corresponder às condições enumeradas na sua proposta.
2. Por reparação do bem entende-se que, na falta de conformidade do bem, a reposição do bem de consumo em conformidade com o presente contrato.

3. Se por força da lei nada obstar em contrário, todas as obrigações descritas no presente contrato relativas à garantia dos bens são da exclusiva responsabilidade do adjudicatário.

Artigo 11.º - INSPEÇÃO DOS BENS/SERVIÇOS

1. Efetuada a entrega dos bens/serviços objeto do contrato, o contraente público, por si ou através de terceiro por ele designado, procede, no prazo de 10 (dez) dias, à inspeção quantitativa e qualitativa dos mesmos, com vista a verificar, respetivamente, se os mesmos correspondem às quantidades estabelecidas e se reúnem as características, especificações e requisitos técnicos definidos no anexo B ao presente Caderno de Encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.
2. A inspeção qualitativa a que se refere o número anterior incide sobre os bens fornecidos, sendo efetuada através de testes que constam do Anexo B ao presente Caderno de Encargos, por peritos técnicos do contraente público, para verificação das características, especificações e requisitos qualitativos.
3. Durante a fase da inspeção qualitativa, o adjudicatário deve prestar aos serviços competentes do contraente público toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários, podendo fazer-se representar durante a realização daquela inspeção, através de pessoas devidamente credenciadas para o efeito.
4. Quando a inspeção qualitativa for efetuada com recurso a serviços, contratados especificamente para esse efeito, os encargos daí decorrentes, devidamente comprovados, são da responsabilidade do adjudicatário.

Artigo 12.º - INCONFORMIDADES OU DISCREPÂNCIAS

1. No caso de a inspeção qualitativa indicada no artigo anterior não comprovar a total conformidade dos bens/serviços objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, ou no caso de existirem discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no anexo B ao presente Caderno de Encargos, o contraente público deve disso informar, por escrito, o adjudicatário.
2. No caso previsto no número anterior, o adjudicatário deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pelo contraente público, às substituições necessárias para garantir o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos anteriormente referidos.
3. Após a realização das substituições necessárias pelo adjudicatário, no prazo respetivo, o contraente público procede à realização de nova inspeção qualitativa, nos termos do artigo anterior.

Artigo 13.º - RECEÇÃO DO MATERIAL

1. O material deve ser acompanhado de guia de remessa, em quadruplicado, e respetiva fatura em duplicado com a indicação bem visível de:
 - a. Número do Pedido de Compra (PC);
 - b. Número do Processo de Despesa (NPD);

- c. Número Nacional de Abastecimento (NNA/NSN);
 - d. Morada;
 - e. IBAN e código SWIFT;
 - f. Endereço de Email;
 - g. NIPC ou VAT NUMBER;
2. Cada artigo deverá conter a indicação do respetivo Número Nacional de Abastecimento (NNA).
3. As faturas deverão ser remetidas ao contraente público no prazo máximo de 5 dias úteis após a assinatura do auto de receção respetivo, de acordo com os art.º 7.º e 36.º do CIVA.
4. As quantias devidas pelo contraente público, nos termos dos artigos anteriores, serão pagas dentro de 60 (sessenta) dias após a receção pelo contraente público das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
5. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a assinatura do auto de receção respetivo.
6. Em caso de discordância por parte do contraente público, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao adjudicatário, no prazo de 8 (oito) dias, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida, em igual prazo.
7. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no ponto 1. do presente artigo, as faturas são pagas através de transferência eletrónica.

Artigo 14.º - ACEITAÇÃO DOS BENS/SERVIÇOS

1. Caso as inspeções a que se refere o artigo 8.º comprovem a total conformidade dos bens/serviços objeto do contrato com as exigências legais, e neles não sejam detetados quaisquer defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no anexo B ao presente Caderno de Encargos, deve ser emitido, no prazo máximo de 8 dias a contar da data final das inspeções, um auto de receção, assinado pelos representantes do adjudicatário e do contraente público.
2. Com a assinatura do auto a que se refere o número anterior, ocorre a transferência da posse e da propriedade dos bens objeto do contrato para o contraente público, bem como do risco de deterioração ou perecimento dos mesmos, sem prejuízo das obrigações de garantia técnica que impendem sobre o adjudicatário.

Artigo 15.º - REJEIÇÃO DE FORNECIMENTOS

1. Os bens/serviços rejeitados são considerados para todos os efeitos como não entregues.
2. Estas rejeições serão alvo de notificação ao adjudicatário, sendo as remoções dos bens feitas por conta e risco do mesmo.

3. Passados 8 dias sobre a respetiva notificação, se os bens rejeitados continuarem nas instalações do contraente público sem serem removidos, entende-se que estes passam para sua posse como incapazes.

Artigo 16.º - PENALIDADES CONTRATUAIS

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o contraente público pode exigir do adjudicatário o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
 - a) Nos 8 (oito) dias além do prazo fixado no n.º 3 do artigo 3.º a penalidade será de 0,5%, por cada dia de atraso;
 - b) Entre os 9 (nove) e os 30 (trinta) dias além do prazo fixado no n.º 3 do artigo 3.º, a penalidade será de mais 1%, por cada dia de atraso;
 - c) Após 31 (trinta e um) dias além do prazo fixado no n.º 3 do artigo 3.º, a penalidade será de mais 1,5%, por cada dia de atraso.
2. O valor acumulado das sanções pecuniárias não pode exceder 25% do preço contratual, sem prejuízo do poder de resolução do contrato.
3. A sanção pecuniária aplicada será descontada na fatura imediatamente seguinte ao facto que a originou ou, caso tal não seja possível, será emitida nota de crédito.
4. Na determinação da gravidade do incumprimento, o contraente público tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do adjudicatário e as consequências do incumprimento.
5. O contraente público pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos do presente artigo.
6. As penas pecuniárias previstas no presente artigo não obstam a que o contraente público exija uma indemnização pelo dano excedente.

Artigo 17.º - FORÇA MAIOR

1. Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Artigo 18.º - RESOLUÇÃO POR PARTE DO CONTRAENTE PÚBLICO

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o contraente público pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao adjudicatário e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo contraente público e sem prejuízo do respetivo direito de indemnização e do pagamento pela parte, e apenas pela parte, do contrato executado até ao prazo estabelecido no número 3 do artigo 3.º deste Caderno, pelo adjudicatário.

Artigo 19.º - RESOLUÇÃO POR PARTE DO ADJUDICATÁRIO

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o adjudicatário pode resolver o contrato quando qualquer montante, que lhe seja devido, esteja em dívida há mais de 120 (cento e vinte) dias.
2. Nos casos previstos no ponto 1. do presente artigo, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao contraente público, que produz efeitos 30 (trinta) dias após a sua receção, salvo se esta última cumprir as obrigações em atraso durante esse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

3. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo adjudicatário, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do CCP.

Artigo 20.º - CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL E SUBCONTRATAÇÃO

1. O Segundo Outorgante não pode ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do contrato sem autorização prévia da entidade adjudicante, e nos termos previsto no CCP.
2. Para efeitos da autorização prevista no número anterior, o adjudicatário deve:
 - a) Submeter um requerimento à entidade adjudicante a solicitar a posição contratual, identificando o cessionário e as razões e respetivos fundamentos;
 - b) Ser apresentada pelo cessionário toda a documentação exigida ao adjudicatário no presente procedimento;
 - c) O Primeiro Outorgante apreciar, designadamente, se o cessionário não se encontra em nenhuma das situações previstas no artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos, e se tem capacidade técnica e financeira para assegurar o exato e pontual cumprimento do contrato.
3. O Segundo Outorgante não pode subcontratar ao abrigo do contrato celebrado sem autorização prévia da entidade adjudicante, e nos termos previsto no CCP.

Artigo 21.º - DEVER DE SIGILO

1. O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à atividade da Direção de Abastecimento e da Marinha, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

Artigo 22.º - COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contato constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte, por escrito.
3. As partes estão vinculadas pelo dever de colaboração mútua, designadamente no tocante à prestação recíproca de informações necessárias à boa execução do contrato.

Artigo 23.º - FISCALIZAÇÃO

1. Não obstante todos os direitos e deveres decorrentes do presente Caderno de Encargos o contraente público reveste-se dos poderes conferidos pelo artigo 302.º do CCP.

2. O poder de fiscalização será exercido através dos serviços competentes do contraente público.
3. Por cada serviço efetuado, o técnico certificado entrega ao militar, do Navio, responsável pelo acompanhamento da intervenção, que posteriormente a envia para o Gestor do Contrato da Direção de Abastecimento, a ficha de intervenção da APA, em ANEXO - D, devidamente preenchida e assinada.

Artigo 24.º - GESTOR DO CONTRATO

Nos termos do artigo 96.º, conjugado com o artigo 290.º-A do CCP, será designado um gestor do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução deste.

Artigo 25.º - FORO COMPETENTE

Para a resolução de todos os litígios decorrentes do contrato, designadamente à sua interpretação, execução, incumprimento, invalidade ou resolução do contrato é competente o Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

ANEXO A**Objeto do Contrato**

ITEM	NNA/NSN ¹	ARTIGO/DESCRIÇÃO	UF ²	QT	REF/ET	PREÇO BASE S/IVA
1	98390000	Requerida inspeção técnica - Expirou prova hidráulica / Garrafas de - CO2 / 2KG	EA	2	NRP BARTOLOMEU DIAS	21.809,00 €
2	98390000	Requerida inspeção técnica - Expirou prova hidráulica / Garrafas de - CO2 / 5KG	EA	1	NRP BARTOLOMEU DIAS	
3	98390000	Requerida inspeção técnica - Expirou prova hidráulica / Garrafas de - CO2 / 5KG	EA	38	NRP BARTOLOMEU DIAS	
4	98390000	Requerida inspeção técnica - Expirou prova hidráulica / Garrafas de - CO2 / 5KG	EA	28	NRP BARTOLOMEU DIAS	
5	98390000	Requerida Inspeção e carregamento / Garrafas de - AZOTO / 6KG	EA	3	NRP VASCO DA GAMA	
6	98390000	Requerida Inspeção e carregamento / Garrafas de - AZOTO / 62KG	EA	1	NRP VASCO DA GAMA	
7	98390000	Requerida Inspeção e carregamento / Garrafas de - HALON / 8KG	EA	1	NRP VASCO DA GAMA	
8	98390000	Requerida Inspeção e carregamento / Garrafas de - HALON / 8KG	EA	1	NRP VASCO DA GAMA	
9	98390000	Requerida Inspeção e carregamento / Garrafas de - HALON / 8KG	EA	9	NRP VASCO DA GAMA	
10	98390000	Requerida Inspeção e carregamento / Garrafas de - HALON / 8KG	EA	2	NRP VASCO DA GAMA	

¹ NNA/NSN – Número Nacional de Abastecimento/ NATO Stock Number;

² UF – Unidade de Fornecimento;

11	98390000	Requerida Inspeção e carregamento / Garrafas de - HALON / 27KG	EA	4	NRP VASCO DA GAMA	
12	98390000	Requerida Inspeção e carregamento / Garrafas de - HALON / 50KG	EA	5	NRP VASCO DA GAMA	
13	98390000	Requerida Inspeção e carregamento / Garrafas de - HALON / 60KG	EA	19	NRP VASCO DA GAMA	
14	98390000	Requerida manutenção / Garrafas de - HALON / 15,9LT	EA	1	NRP TEJO	
15	98390000	Requerida manutenção / Garrafas de - HALON / 15,9LT	EA	1	NRP TEJO	
16	98390000	Requerida manutenção / Garrafas de - HALON / 15,9LT	EA	1	NRP TEJO	
17	98390000	Requerida manutenção / Garrafas de - KARBELOY / 3,7LT	EA	1	NRP TEJO	
18	98390000	Requerida manutenção / Garrafas de - HALON / 8,04LT	EA	1	NRP TEJO	
19	98390000	Requerida manutenção / Garrafas de - HALON / 8,04LT	EA	1	NRP TEJO	
20	98390000	Requerida manutenção / Garrafas de - HALON / 15,9LT	EA	1	NRP TEJO	
21	98390000	Requerida manutenção / Garrafas de - HALON / 15,9LT	EA	1	NRP TEJO	
22	98390000	Requerida manutenção / Garrafas de - HALON / 15,9LT	EA	1	NRP TEJO	
23	98390000	Requerida manutenção / Garrafas de - HALON / 45LT	EA	1	NRP TEJO	
24	98390000	Requerida manutenção / Garrafas de - HALON / 67,5LT	EA	1	NRP TEJO	
25	98390000	Requerida manutenção / Garrafas de - HALON / 67,5LT	EA	1	NRP TEJO	

26	98390000	Requerida manutenção / Garrafas de - HALON / 67,5LT	EA	1	NRP TEJO	
27	98390000	Requerida manutenção / Garrafas de - HALON / 67,5LT	EA	1	NRP TEJO	
28	98390000	Requerida inspeção e certificação / Garrafas de - PÓ QUIMICO / 12KG	EA	27	NRP CREOULA	
29	98390000	Requerida inspeção e certificação / Garrafas de - CO2 / 45KG	EA	5	NRP CREOULA	
30	98390000	Requerida inspeção e certificação / Garrafas de - CO2 / 30KG	EA	1	NRP CREOULA	
31	98390000	Requerida inspeção e certificação / Garrafas de - CO2 / 5KG	EA	5	NRP CREOULA	
32	98390000	Requerida inspeção e certificação / Garrafas de - ESPUMA / 10LT	EA	3	NRP CREOULA	
33	98390000	Requerida inspeção e certificação / Garrafas de - ESPUMA / 12KG	EA	3	NRP CREOULA	
34	98390000	Requerida inspeção / Garrafas de - PÓ QUIMICO / 6KG	EA	69	NRP VIANA DO CASTELO	
35	98390000	Requerida inspeção / Garrafas de - CO2 / 5KG	EA	3	NRP VIANA DO CASTELO	
36	98390000	Requerida inspeção / Garrafas de - CO2 / 45KG	EA	27	NRP VIANA DO CASTELO	
37	98390000	Requerida inspeção / Garrafas de - AMEREX / 10KG	EA	2	NRP VIANA DO CASTELO	
38	98390000	Requerida inspeção / Garrafas de - HFC 227 / 2KG	EA	14	NRP VIANA DO CASTELO	
39	98390000	Requerida manutenção anual / Garrafas de - HALON / 67,5LT	EA	1	NRP MONDEGO	
40	98390000	Requerida manutenção anual / Garrafas de - HALON / 67,5LT	EA	1	NRP MONDEGO	

41	98390000	Requerida manutenção anual / Garrafas de - HALON / 67,5LT	EA	1	NRP MONDEGO	
42	98390000	Requerida manutenção anual / Garrafas de - HALON / 50KG	EA	1	NRP MONDEGO	
43	98390000	Requerida manutenção anual / Garrafas de - HALON / 12KG	EA	1	NRP MONDEGO	
44	98390000	Requerida manutenção anual / Garrafas de - HALON / 12KG	EA	1	NRP MONDEGO	
45	98390000	Requerida manutenção anual / Garrafas de - HALON / 12KG	EA	1	NRP MONDEGO	
46	98390000	Requerida manutenção anual / Garrafas de - HALON / 12KG	EA	1	NRP MONDEGO	
47	98390000	Requerida manutenção anual / Garrafas de - HALON / 12KG	EA	1	NRP MONDEGO	
48	98390000	Requerida manutenção anual / Garrafas de - HALON / 12KG	EA	1	NRP MONDEGO	
49	98390000	Requerida manutenção anual / Garrafas de - HALON / 5KG	EA	1	NRP MONDEGO	
50	98390000	Requerida manutenção anual / Garrafas de - HALON / 5KG	EA	1	NRP MONDEGO	
51	98390000	Requerida manutenção anual / Garrafas de - KARBELOY / 3,7LT	EA	1	NRP MONDEGO	
52	98390000	Requerida Prova Hidráulica / Garrafas de - CO2 / 5KG	EA	1	NRP AURIGA	
53	98390000	Requerida Prova Hidráulica / Garrafas de - CO2 / 5KG	EA	1	NRP AURIGA	
54	98390000	Requerida Prova Hidráulica / Garrafas de - CO2 / 5KG	EA	1	NRP AURIGA	
55	98390000	Requerida Prova Hidráulica / Garrafas de - CO2 / 5KG	EA	1	NRP AURIGA	

56	98390000	Requerida Prova Hidráulica / Garrafas de - CO2 / 5KG	EA	1	NRP AURIGA	
57	98390000	Requerida Prova Hidráulica / Garrafas de - CO2 / 5KG	EA	1	NRP AURIGA	
58	98390000	Requerida manutenção anual / Garrafas de - PÓ QUIMICO / 12KG	EA	1	NRP MONDEGO	
59	98390000	Requerida manutenção anual / Garrafas de - PÓ QUIMICO / 12KG	EA	1	NRP MONDEGO	
60	98390000	Requerida manutenção anual / Garrafas de - PÓ QUIMICO / 12KG	EA	1	NRP MONDEGO	
61	98390000	Requerida manutenção anual / Garrafas de - PÓ QUIMICO / 12KG	EA	1	NRP MONDEGO	
62	98390000	Requerida manutenção anual / Garrafas de - PÓ QUIMICO / 12KG	EA	1	NRP MONDEGO	
63	98390000	Requerida manutenção anual / Garrafas de - PÓ QUIMICO / 12KG	EA	1	NRP MONDEGO	
64	98390000	Requerida manutenção anual / Garrafas de - PÓ QUIMICO / 12KG	EA	1	NRP MONDEGO	
65	98390000	Requerida manutenção anual / Garrafas de - PÓ QUIMICO / 12KG	EA	1	NRP MONDEGO	
66	98390000	Requerida manutenção anual / Garrafas de - PÓ QUIMICO / 12KG	EA	1	NRP MONDEGO	
67	98390000	Requerida manutenção anual / Garrafas de - PÓ QUIMICO / 12KG	EA	1	NRP MONDEGO	
68	98390000	Requerida manutenção anual / Garrafas de - PÓ QUIMICO / 12KG	EA	1	NRP MONDEGO	
69	98390000	Requerida manutenção anual / Garrafas de - PÓ QUIMICO / 12KG	EA	1	NRP MONDEGO	
70	98390000	Requerida manutenção anual / Garrafas de - PÓ QUIMICO / 12KG	EA	1	NRP MONDEGO	

71	98390000	Requerida manutenção anual / Garrafas de - PÓ QUIMICO / 12KG	EA	1	NRP MONDEGO	
72	98390000	Requerida manutenção anual / Garrafas de - PÓ QUIMICO / 1KG	EA	1	NRP MONDEGO	
73	98390000	Requerida manutenção anual / Garrafas de - ÁGUA / 9LT	EA	1	NRP MONDEGO	
74	98390000	Requerida manutenção anual / Garrafas de - ÁGUA / 9LT	EA	1	NRP MONDEGO	
75	98390000	Requerida manutenção anual / Garrafas de - ÁGUA / 9LT	EA	1	NRP MONDEGO	
76	98390000	Requerida manutenção anual / Garrafas de - CO2 / 5KG	EA	1	NRP MONDEGO	
77	98390000	Requerida manutenção anual / Garrafas de - CO2 / 5KG	EA	1	NRP MONDEGO	
78	98390000	Requerida manutenção anual / Garrafas de - CO2 / 5KG	EA	1	NRP MONDEGO	
79	98390000	Requerida manutenção anual / Garrafas de - CO2 / 5KG	EA	1	NRP MONDEGO	
80	98390000	Requerida manutenção anual / Garrafas de - CO2 / 5KG	EA	1	NRP MONDEGO	
81	98390000	Requerida manutenção anual / Garrafas de - CO2 / 5KG	EA	1	NRP MONDEGO	
82	98390000	Requerida manutenção anual / Garrafas de - CO2 / 5KG	EA	1	NRP MONDEGO	
83	98390000	Requerida manutenção anual / Garrafas de - CO2 / 5KG	EA	1	NRP MONDEGO	
84	98390000	Requerida manutenção anual / Garrafas de - CO2 / 5KG	EA	1	NRP MONDEGO	
85	98390000	Requerida manutenção anual / Garrafas de - CO2 / 5KG	EA	1	NRP MONDEGO	

86	98390000	Requerida manutenção anual / Garrafas de - CO2 / 5KG	EA	1	NRP MONDEGO	
87	98390000	Requerida manutenção anual / Garrafas de - CO2 / 5KG	EA	1	NRP MONDEGO	
88	98390000	Requerida manutenção anual / Garrafas de - CO2 / 5KG	EA	1	NRP MONDEGO	
89	98390000	Requerida Inspeção / Garrafas de - PÓ QUIMICO / 12KG	EA	33	NRP CORTE REAL	
90	98390000	Requerido carregamento / Garrafas de - PÓ QUIMICO / 12KG	EA	32	NRP CORTE REAL	
91	98390000	Requerida Prova Hidráulica / Garrafas de - CO2 / 5KG	EA	27	NRP CORTE REAL	
92	98390000	Requerida Prova Hidráulica / Garrafas de - HALON / 6KG	EA	25	NRP CORTE REAL	
93	98390000	Requerida Inspeção / Garrafas de - ESPUMA / 9LT	EA	1	NRP CORTE REAL	
94	98390000	Requerido carregamento / Garrafas de - ESPUMA / 9LT	EA	12	NRP CORTE REAL	
95	98390000	Requerido Pesagem / Garrafas de - CO2 / 30KG	EA	1	NRP CORTE REAL	
96	98390000	Requerida Prova Hidráulica / Garrafas de - AZOTO / 50LT	EA	1	NRP CORTE REAL	
97	98390000	Requerida Prova Hidráulica / Garrafas de - AZOTO / 2KG	EA	8	NRP CORTE REAL	
98	98390000	Requerida Prova Hidráulica / Garrafas de - HALON / 8KG	EA	12	NRP CORTE REAL	
99	98390000	Requerida Prova Hidráulica / Garrafas de - HALON / 50KG	EA	5	NRP CORTE REAL	
100	98390000	Requerida Prova Hidráulica / Garrafas de - HALON / 60KG	EA	18	NRP CORTE REAL	

101	98390000	Requerida Prova Hidráulica / Garrafas de - HALON / 27KG	EA	4	NRP CORTE REAL	
102	98390000	Requerida Inspeção / Garrafas de - AFF / 9LT	EA	2	NRP BÉRRIO	
103	98390000	Requerida Inspeção / Garrafas de - AFF / 9LT	EA	7	NRP BÉRRIO	
104	98390000	Requerida Inspeção / Garrafas de - AFF / 9LT	EA	55	NRP BÉRRIO	
105	98390000	Requerida Inspeção / Garrafas de - CO2 / 2KG	EA	14	NRP BÉRRIO	
106	98390000	Requerida Inspeção / Garrafas de - CO2 / 5KG	EA	5	NRP BÉRRIO	
107	98390000	Requerida Inspeção / Garrafas de - PÓ QUIMICO / 6KG	EA	6	NRP BÉRRIO	
108	98390000	Requerida Inspeção / Garrafas de - PÓ QUIMICO / 50KG	EA	2	NRP BÉRRIO	
109	98390000	Requerida Inspeção / Garrafas de - CO2 / 45KG	EA	11 8	NRP BÉRRIO	
110	98390000	Requerida Inspeção / Garrafas de - CO2 / 45KG	EA	2	NRP BÉRRIO	
111	98390000	Requerida Inspeção / Garrafas de - CO2 / 30KG	EA	2	NRP BÉRRIO	
112	98390000	Requerida Inspeção / Garrafas de - AZOTO / 2LT	EA	1	NRP JOÃO ROBY	
113	98390000	Requerido carregamento / Garrafas de - PÓ QUIMICO / 2KG	EA	1	NRP SINES	
					TOTAL S/IVA	21.809,00 €

Legenda: KG = Kilograma; CZ = Metro Cúbico; EA = Unidades

ANEXO B

Extensão do Fornecimento / Especificação Técnica

1. ENTREGA DE CERTIFICADOS DOS ARTIGOS

Não aplicável.

2. EMBALAGEM E ROTULAGEM

Não aplicável.

ANEXO C**Informação Complementar**

Número do Procedimento	3020005523
Prazo Máximo Contratual	até 30 de novembro de 2020
Prazo Entrega Bens/Serviços	Até 05 dias após ter sido solicitado pelo Navio
Preço Base	21.809,00 € (com exclusão do IVA)
Condições de Pagamento	60 dias

ANEXO D

**FICHA DE INTERVENÇÃO****Sistemas Fixos de Proteção contra incêndios ou extintores**

1. Identificação do Proprietário/Defensor do sistema e/ou equipamento:	
Nome: _____	
Morada: _____	
Contato (telefone, telemóvel, fax ou e-mail): _____	NIF: _____

2. Identificação do Técnico Responsável pela Intervenção:	
Nome: _____	
Morada: _____	
Contato (telefone, telemóvel, fax ou e-mail): _____	NIF: _____
☐ Grupo D	
☐ Grupo E	
Certificado nº: _____	

3. Características do sistema e/ou equipamento e identificação do agente extintor:	
Marca: _____	Modelo: _____
Nº de Série: _____	Data de Fabrico (dd/mm/aaaa): _____
Designação Química do agente extintor: _____	
Fórmula Química do agente extintor: _____	
Código da Lista Europeia de Resíduos, Publicado na Portaria nº 209/2004, de 3 de Março, aplicável ao agente extintor: _____	
Carga de agente extintor contida no sistema e/ou equipamento (kg): _____	

4. Intervenção(ões) Efetuada(s):
Tipo(s) de Intervenção(ões), de acordo com o Anexo I do Decreto-Lei nº 35/2008, de 27 de Fevereiro: ☐ Tráfego ☐ Manutenção/Assistência, incluindo Detecção de Fugas ☐ Instalação/colocação do equipamento ☐ Carregamento do equipamento ☐ Abertura do equipamento ☐ Manuseamento de dispositivos de comando das válvulas ☐ Manuseamento de válvulas ☐ Recuperação ☐ Reciclagem ☐ Valorização ☐ Destruição

**FICHA DE INTERVENÇÃO****Sistemas Fixos de Proteção contra incêndios ou extintores****Agente Extintor:**Recuperado: ____ (kg), para efeitos de: ☐ Destruição☐ Reciclagem☐ Valorização

Reciclado (reutilizado): ____ (kg)

Carregado (agente extintor adicional): ____ (kg)

Valorizado: ____ (kg)

Destruído: ____ (kg)

Nova carga (caso todo o agente extintor seja substituído): ____ (kg)

Identificação do agente extintor (se distinto do identificado no Quadro 3): _____

5. Observações

Local: _____

Data (dd/mm/aaaa): _____

O Técnico Responsável,

O Proprietário/Defensor,
